

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Thiffanne Pereira dos Santos¹

Marlene Barbosa de Freitas Reis²

Resumo: O presente artigo aborda a temática da formação docente com vistas ao desenvolvimento de uma Educação Inclusiva nas instituições de ensino regular. Discute a relação entre a formação do professor e o sucesso do processo de inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial. Para tanto, apresenta as concepções de inclusão escolar e de trabalho docente na perspectiva da Educação Inclusiva ressaltando os princípios vinculados a esse paradigma de educação. Demonstra a relevância da adequada formação do professor no processo de inclusão escolar e discute como uma formação pautada no respeito da diversidade pode colaborar com a inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial. Dessa forma, aponta para a necessidade de uma formação docente que ofereça subsídios ao professor e que contribua para a realização de ações educativas baseadas na valorização da diversidade presente nos ambientes educativos, bem como no respeito às singularidades de cada aluno. O texto também apresenta documentos legais que norteiam a questão da inclusão escolar e da formação docente voltada para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. As possíveis contribuições de uma prática pedagógica ancorada nos princípios da Educação Inclusiva como meio capaz de promover novas possibilidades de interação, desenvolvimento e aprendizagem aos alunos público-alvo da Educação Especial serão apresentadas ao longo desse estudo. Assim, a proposta de estudo gira em torno da reflexão sobre as possibilidades que uma formação docente concernente com a perspectiva da Educação Inclusiva pode trazer para o desenvolvimento de um trabalho educativo que realmente contribua para a efetivação da inclusão escolar.

Palavras-chave: Inclusão, formação docente, prática pedagógica.

Introdução

A valorização da subjetividade de cada indivíduo é a marca de uma educação que busca a inclusão de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender. Sendo assim, diante da diversidade presente nos ambientes educacionais é preciso reformular as práticas pedagógicas que enaltecem a homogeneização e a padronização de comportamentos. O espaço educativo com essas características não promove a igualdade de oportunidades, pelo contrário, legitima estereótipos e modelos hegemônicos, enaltece grupos privilegiados em detrimento de grupos minoritários.

O professor que almeja desenvolver um trabalho voltado para a efetivação da inclusão escolar necessita de subsídios que estimulem uma prática inclusiva na qual todos tenham as mesmas oportunidades. Assim, é essencial que se ofereça aos professores uma formação que englobe a diversidade presente nos ambientes educacionais, a fim de possibilitar o

¹ Aluna regular do Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias – MIELT – da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Anápolis.

² Orientadora. Pedagoga pela UFG. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ. Docente permanente no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologia - MIELT e no curso de Pedagogia da UEG – Inhumas. e-mail: marlenebfreis@hotmail.com.

desenvolvimento de uma práxis que incentive a prática da alteridade e a valorização das diferenças.

Há inúmeras inquietações sobre as contribuições que uma formação docente voltada para a Educação Inclusiva pode trazer para o processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo da Educação Especial³. Sendo assim, pretende-se com esse texto levantar alguns pontos relativos ao tema em discussão, quais sejam: Qual a concepção de inclusão escolar e de trabalho docente na perspectiva da Educação Inclusiva? O que as bases legais instituem sobre a formação do professor para o trabalho com os alunos público-alvo da Educação Especial? Em que medida a formação docente pode contribuir com a inclusão escolar desses alunos?

Essas contundentes indagações norteiam e justificam a busca pela reflexão a respeito da relação entre a formação docente e o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva, destacando o papel do professor nesse contexto. Trata-se, nesse caso, da elaboração de outro “olhar” sobre a inclusão escolar e sobre a formação e atuação do professor nesse processo.

1. A inclusão escolar e o trabalho docente na perspectiva da Educação Inclusiva.

As instituições de ensino são, por excelência, espaços privilegiados da diversidade. Sendo assim, o respeito à diversidade constitui o primeiro passo para a conquista de uma educação equitativa e de qualidade com vistas à igualdade de direitos para todos. Nessa perspectiva, é emergente o desenvolvimento de uma educação que aceite as diferenças e as considere como um reflexo da diversidade presente na sociedade. Conforme afirma Libâneo (2001, p. 37), “acolher a diversidade é a primeira referência para a luta dos direitos humanos”. Para alcançar uma educação nesses parâmetros é necessário que se adote preceitos inclusivos em todas as fases do processo educativo respeitando as peculiaridades de cada sujeito.

Tal visão do processo educativo consistena proposta da Educação Inclusiva. Esta, por sua vez, propõe a igualdade de direitos a todos os participantes do processo educativo. Reitera a importância do acesso e da permanência dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares, mas seus objetivos estão para além desse quesito. Esse tipo de educação almeja também a equidade de oportunidades defendendo a tese de que todos devem ter as

³São considerados alunos público-alvo da Educação Especial os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, conforme especificado na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008). A Educação Especial, de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional– Lei nº 9394/96, é a modalidade de educação oferecida a esses educandos preferencialmente na rede regular de ensino.

mesmas possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento. Conforme Rodrigues (2006, p. 303), a Educação Inclusiva “pressupõe uma participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados tendo em conta as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo”.

De acordo com os critérios da Educação Inclusiva, o processo de inclusão escolar não consiste apenas em garantir que escolar os alunos público-alvo da Educação Especial estejam presentes nas instituições de ensino, além disso, é fundamental também que se promova ações que possibilitem a esses alunos aprimorar suas habilidades e competências. Nessa perspectiva de educação, o foco é o desenvolvimento de uma educação de cunho humanista baseada na igualdade de oportunidades e na promoção de saberes que incitam atitudes de valorização do ser humano e de respeito à diversidade (REIS, 2006). A inclusão, nesse sentido,

é uma política que busca perceber e atender às necessidades educativas especiais de todos os alunos, em salas de aulas comuns, em um sistema regular de ensino, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. [...] A inclusão escolar teria o objetivo de colocar as crianças com necessidades especiais em contato com seus pares, o que facilitaria seu desenvolvimento e ensinaria a todo o grupo que é possível conviver com a diversidade, na construção de um mundo melhor. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 233).

Dessa forma, a inclusão “requer uma nova visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados, independentemente de suas diferenças” Reis (2013, p.80). Incluir não é apenas permitir a presença dos alunos público-alvo da Educação Especial no mesmo ambiente que seus pares. Incluir é propiciar a esses alunos novas possibilidades de crescer e se desenvolver. É respeitar as diferenças e oferecer tratamento igualitário garantindo a todos as mesmas oportunidades. É conceber a diversidade como um elemento enriquecedor da aprendizagem e do desenvolvimento pessoal.

Para que a inclusão se torne uma realidade é necessário propiciar as mesmas oportunidades para todos aqueles que compõem o ambiente escolar, pois “a inclusão traz consigo o desafio de não só acolhermos os alunos com deficiência, mas de garantirmos condições de acesso e de aprendizagem em todos os espaços, programas e atividades do cotidiano escolar” (BERSCH, 2013, p.132).

Assim, no processo de inclusão escolar deve-se privilegiar a prática da alteridade evitando a reprodução de um modelo de educação em que predomina a intolerância e a discriminação. “A alteridade é uma abertura que desafia o sujeito a responder em cada nova

situação às solicitações concretas do outro” (COSTA; DIEZ, 2012, p. 5). Aqueles que praticam a alteridade e vivenciam os princípios da Educação Inclusiva aprendem a respeitar as diferenças, o ritmo e as necessidades de aprendizagem de cada pessoa. O respeito à diversidade é um avanço na direção de uma Educação Inclusiva de sucesso que oferece novas possibilidades de interação, inclusão e aprendizagem a todos.

A inclusão na perspectiva da Educação Inclusiva se caracteriza como um processo que em primeira instância garante a todos os alunos o direito à convivência em um espaço social tão importante na vida de todo indivíduo: a escola. E em segunda instância, promove novas possibilidades de aprendizagem aos alunos, independentemente de suas peculiaridades. Dessa forma, é essencial que nas instituições de ensino o trabalho desenvolvido seja pautado na heterogeneidade e nas particularidades de cada indivíduo a fim de promover uma educação realmente inclusiva.

Assim, é necessária a colaboração de todos os envolvidos no processo de ensinar e aprender, em especial, do professor. O docente deve se posicionar como um mediador na trajetória de desenvolvimento de todos os alunos. Para isso, é importante que eles “não se acomodem, mas investiguem, pesquisem e se lancem a desafios” (CUNHA, 2012, p. 52), bem como assumam o papel de colaboradores capazes de estimular o crescimento de cada aluno independentemente de suas singularidades.

Na perspectiva da Educação Inclusiva, o trabalho docente se configura como uma profissão que exige do profissional uma compreensão ampla da função que desenvolve, do meio em que atua e, principalmente, dos sujeitos com os quais convive. A profissão docente é um trabalho interativo em que “as pessoas não são um meio ou uma finalidade do trabalho, mas a ‘matéria-prima’ do processo do trabalho interativo e o desafio primeiro dos trabalhadores” (TARDIF; LESSARD, 2012, p. 20, grifo dos autores). Desse modo, o professor precisa reconhecer que sua função envolve o trabalho com outros sujeitos, dotados de diferentes características, crenças, emoções, concepções e conhecimentos. E exatamente por esse motivo – por terem vivências e características tão distintas – são seres complexos que precisam receber uma educação que abarque diferentes vertentes.

Para trabalhar na perspectiva da Educação Inclusiva, o professor precisa ressignificar suas práticas e abandonar velhos paradigmas de educação. Precisa compreender que faz parte do seu trabalho incitar os alunos a desenvolver relações de solidariedade, respeito e aceitação. Essa mudança na prática pedagógica e no posicionamento dos professores somente será possível por meio de uma formação que enalteça as diferenças como um aspecto positivo do processo educativo. Nas palavras de Skliar (2006, p. 32), “uma formação orientada a fazer que

os professores possam conversar [...] com a alteridade e, também, a possibilitar a conversação dos outros entre si”.

Nesse sentido, para alcançar uma educação realmente inclusiva é fundamental que o trabalho docente seja pautado em uma formação— seja ela inicial ou continuada —pensada com vistas à valorização da diversidade presente nas salas de aulas. A formação será um dos subsídios essenciais para que o trabalho docente seja desenvolvido com base no respeito às peculiaridades de cada pessoa, seja ela (ou não) um aluno público-alvo da Educação Especial.

2. A formação docente para a Educação Inclusiva: aspectos legais.

Com a definição do conceito de inclusão de acordo com os preceitos da Educação Inclusiva, na década de 1980, surgiram inúmeros movimentos com o objetivo de assegurar o acesso dos alunos público-alvo da Educação Especial às instituições de ensino regular. A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, representou um grande avanço na temática da inclusão ao definir a educação como direito de todos e dever do poder público.

Por preceito constitucional, desde 1988 é assegurado a todos os alunos o direito ao acesso, à permanência e à participação nos níveis básicos e superior de ensino. Esse direito traz em si a semente da mudança de que a nossa educação necessita para conquistar patamares cada vez mais elevados de qualidade. (MANTOAN, 2014, p. 7).

Além do direito ao acesso e à permanência de todos na escola, outro fator importante estabelecido na Constituição se refere ao dever do Estado em garantir apoio educacional especializado nas instituições de ensino regular para os alunos público-alvo da Educação Especial. Segundo Menezes (2012, p. 22, grifos da autora), o artigo 208, inciso III, da Constituição Federal de 1988, “estabelece que o atendimento educacional especializado ‘aos portadores de deficiências’ deve se dar ‘preferencialmente na rede regular de ensino’”.

É possível perceber pelo disposto na Constituição de 1988 que os alunos público-alvo da Educação Especial passam a ter garantido o direito de ingressar no sistema educacional comum e de ter o apoio necessário para atender suas particularidades. Diante dessa nova realidade, fica evidente que as instituições de ensino e os professores precisam estar preparados para receber cada aluno com suas singularidades. Emerge, então, a

necessidade de uma formação docente que consiga abranger as demandas que emanam da inclusão escolar.

Dessa forma, a formação docente com vistas a Educação Inclusiva ganha ênfase e passa a ser um dos aspectos abordados nos documentos normativos que buscam assegurar aos alunos público-alvo da Educação Especial uma educação realmente equitativa e de qualidade. Entre esses dispositivos legais destacam-se a Declaração de Salamanca (1994), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9394/96, as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica (2002), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Plano Nacional de Educação (2014). Esses documentos foram elaborados com base no princípio de que a educação é um direito de todos e estabelecem, entre outros aspectos, metas necessárias para o desenvolvimento de uma Educação Inclusiva.

Sobre a formação docente, a Declaração de Salamanca define que os governos devem garantir que os “programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas” (UNESCO, 1994, p.2). Assim, a declaração ressalta a importância de que a formação docente, tanto inicial quanto continuada, aborde aspectos relacionados aos preceitos da Educação Inclusiva, haja vista que a inclusão escolar é um direito de todos.

Já a LDB, em seu capítulo V, art. 59, inciso III, assegura aos alunos público-alvo da Educação Especial o direito a “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento educacional especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 34). A lei enfatiza a importância de uma formação docente de qualidade como um elemento primordial na composição do processo de inclusão escolar, sendo a oferta dessa formação de responsabilidade dos sistemas de ensino.

As Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica estabelecem que as instituições de ensino superior ao definirem o conjunto de competências oferecidas aos seus educandos devem levar em consideração aspectos que contemplem a diversidade. Para tanto, a formação ofertada deve contemplar conhecimentos sobre as peculiaridades dos alunos com necessidades educativas especiais. De acordo com as diretrizes, a questão da diversidade deve ser abordada em todos os cursos de licenciatura, de graduação plena.

Reforçando o que foi estabelecido pela LDB, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, reitera o dever dos sistemas de ensino de

garantir a “formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar” (BRASIL, 2008, p. 10). A formação docente, nesse documento, é apontada como um dos elementos que deve ser aprimorado para que os sistemas de ensino promovam respostas às necessidades educativas especiais dos alunos público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares.

O Plano Nacional de Educação, na meta quatro, tem como finalidade universalizar o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, para os alunos público-alvo da Educação Especial. O documento estabelece como uma das estratégias para atingir a meta quatro o incentivo a inserção nos cursos de formação inicial e continuada para professores, entre eles os cursos de pós-graduação, de aportes teóricos relacionados ao atendimento educacional desses alunos. Um aspecto importante abordado nessa estratégia se refere ao destaque dado aos cursos de pós-graduação, firmando a necessidade de que a questão da diversidade seja abordada em todos os níveis da formação docente.

Fica evidente pelo apresentado nos documentos que a formação docente com vistas à Educação Inclusiva é um dever do Estado cabendo ao poder público garantir a oferta de cursos que englobem essa temática. Sendo assim, os sistemas de ensino não podem se eximir da responsabilidade de garantir aos alunos público-alvo da Educação Especial o direito de ter professores com formação adequada, seja ela inicial ou continuada, para trabalhar na perspectiva da Educação Inclusiva. Sobre a formação continuada do professor, Pietro (2006) afirma que

deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder as características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (PIETRO, 2006, p. 57).

Dessa forma, é notório que uma formação docente direcionada à inclusão escolar é essencial e deve ser assegurada pelo Estado por meio da efetivação das políticas públicas a fim de contribuir para a construção de uma educação realmente inclusiva. No entanto, ainda há muito que se conquistar para que a formação docente seja realmente de qualidade e aborde questões contemporâneas como a diversidade de maneira satisfatória. A esse respeito, Dorziat (2011, p. 150) afirma que os cursos de formação docente inicial e continuada “mesmo quando

buscam integrar o debate da inclusão, apresenta-o como apêndice em disciplinas isoladas e desconectadas de uma visão epistemológica de Educação, tratadas no curso como um todo”.

Para que haja uma formação docente que atenda aos princípios da Educação Inclusiva é fundamental que a diversidade, assim como os demais aspectos contemporâneos, receba a devida atenção nos cursos destinados aos professores. Mais do que acrescentar a temática nos currículos dos cursos para atender aos aspectos legais é primordial que seja oferecida aos professores a oportunidade de debater, refletir e aprender sobre o assunto em questão. Por fim, é preciso que nos cursos de formação docente exista abertura para repensar a temática e construir novas possibilidades para se trabalhar com as diferenças dentro das salas de aula.

3. A formação docente para uma prática inclusiva.

A atividade docente tem papel fundamental em todos os aspectos que permeiam o processo educativo. Dada essa importância, vários questionamentos recaem sobre o estigma da formação dos professores, principalmente no que se refere à formação na área da Educação Inclusiva. A preocupação com a formação de professores “aparece como uma questão importante na sociedade, em razão das demandas e das pressões de variados grupos sociais, considerando os novos ordenamentos estruturais no mundo contemporâneo”(GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011, p. 3). Nesse contexto, a inclusão escolar se configura como uma nova demanda para o trabalho e a formação docente e por isso suscita tantas indagações.

As incertezas que envolvem a formação docente para uma Educação Inclusiva problematizam aspectos que vão desde a identidade dos professores que participam dos cursos de formação até a definição de políticas voltadas para a formação nessa área. De um lado a discussão versa sobre a habilidade dos professores para trabalhar com os alunos público-alvo da Educação Especial. Do outro, os próprios professores questionam a falta de preparo e de formação específica para lidar com o processo de inclusão escolar. Tais inquietações colocam em evidência a importância de uma formação docente voltada para o processo da inclusão escolar.

Assim, para que a inclusão escolar aconteça de forma efetiva, dentre outros fatores, é preciso que o professor esteja apto para planejar estratégias e ações que viabilizem o aprimoramento das habilidades de todos os alunos. Para tal, a formação do professor deve contemplar a valorização da diversidade, a construção de uma nova visão de educação, a

flexibilização das práticas pedagógicas, a competência para trabalhar de forma colaborativa com outros profissionais e a habilidade de reconhecer as necessidades educativas de cada aluno. De acordo com Figueiredo,

[...] a formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando à inclusão de todos os alunos [...] precisa levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão da classe, bem como princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder as demandas do nosso século. (FIGUEIREDO, 2013, p. 141).

A formação destinada ao professor deve contribuir para atender as demandas que decorrem do processo de inclusão escolar e, conseqüentemente, para esclarecer questões relacionadas à prática pedagógica. Precisa, ainda, abordar pontos sobre o que fazer e como desenvolver estratégias que respeitem as peculiaridades de cada estudante, pois o trabalho *na* e *para* a diversidade é um aspecto indispensável e essencial quando se trata de educação. Para Dorziat,

é necessário que os cursos ou projetos de formação inicial ou continuada [...] desenvolvam um olhar mais atento que supere os binarismos inclusão/exclusão, normal/anormal, escola regular/escola especial, numa nova lógica de valorização das diferenças e do questionamento da globalização hegemônica, visando a construção de caminhos próprios, adequados a cada realidade, a cada grupo, a cada indivíduo. (DORZIAT, 2011, p. 155)

Os professores, durante a formação, precisam perceber que respeitar as diferenças não significa pensar que todos são iguais, ao contrário, significa aceitar a singularidade de cada indivíduo, respeitando-o nas suas diferenças. Partindo da concepção de “docência como práxis produtora de conhecimentos, como uma prática complexa e transdisciplinar”, os professores devem compreender que “a aprendizagem se constrói de maneira cooperativa, dentro de um grupo com vida própria, com interesses, necessidades e exigências que vão formando uma cultura particular” (SOUZA, 2012, p. 161). Sendo assim, devem aceitar que em cada grupo com o qual irá trabalhar haverá indivíduos com diferentes ritmos, habilidades, dificuldades, crenças, culturas, entre outras especificidades.

Abordar a temática da inclusão escolar nas formações direcionadas aos docentes é primordial para que o professor possa conhecer de forma aprofundada os princípios da

Educação Inclusiva, bem como reconhecer que caberá a ele trabalhar com as peculiaridades de cada aluno presente nas salas de aula. O trabalho docente baseado nessa perspectiva de formação traz benefícios para todos os alunos. Para os alunos sem deficiência contribui para o reconhecimento da importância do respeito às diferenças, da valorização da diversidade, da prática da alteridade, além de incentivar atitudes de respeito e solidariedade. Já para os alunos público-alvo da Educação Especial contribui para a ampliação de suas habilidades, motivando-os a permanecerem na escola e a aprimorarem as relações interpessoais com seus pares.

Outra conquista alcançada por meio de formações que abordem a temática da inclusão escolar diz respeito ao aprimoramento do planejamento e da prática pedagógica do professor. Com base nos conhecimentos adquiridos no momento da formação, o professor poderá delinear e desenvolver ações voltadas para a aprendizagem de todos os alunos, entre eles os alunos público-alvo da Educação Especial.

A formação docente ancorada nos princípios da Educação Inclusiva pode colaborar para a efetivação da inclusão escolar ao possibilitar aos alunos público-alvo da Educação Especial reais oportunidades de desenvolvimento por meio da valorização de suas capacidades, do incentivo à construção de novas habilidades e de práticas pedagógicas diversificadas e reflexivas que consideram as especificidades de cada aluno.

Vários fatores interferem na questão da adequada formação do docente desde o interesse do professor em se capacitar até a pequena oferta por parte dos sistemas de ensino de cursos de formação para a área da Educação Inclusiva. É essencial que os professores se mostrem abertos para novas formações, mas, em contrapartida, é preciso que se disponibilize cursos de formação para esses professores. Pois, à medida que ampliam seus conhecimentos os docentes podem realizar um trabalho pedagógico com vista à efetivação da Educação Inclusiva.

Desse modo, os sistemas de ensino devem estabelecer políticas voltadas para a formação adequada dos professores e investir na implementação delas a fim de assegurar a inclusão de todos os alunos nas instituições de ensino regular. Conforme destaca Mantoan (2003, p. 60), é fundamental “formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulos para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções”.

É emergente que se crie mecanismos para promover a adequada formação dos professores com o objetivo de ajudá-los a desenvolver um trabalho coerente com a visão da Educação Inclusiva. A formação trará ao professor o suporte necessário para realizar um trabalho mais eficaz com os alunos público-alvo da Educação Especial, bem como servirá de

apoio ao professor para minimizar os vários desafios que o processo de inclusão ainda traz para a atividade docente.

Cabe esclarecer que a formação docente não é a solução para todos os questionamentos e desafios oriundos da inclusão escolar. Ela também não será a única responsável para a efetivação plena do processo de inclusão, já que muitas outras vertentes estão envolvidas nesse processo e não só a atuação do professor. Mas, certamente uma adequada formação contribuirá significativamente para que o professor desenvolva uma prática pedagógica que respeite a diversidade presente no contexto educacional e que estimule todos os alunos, independentemente de suas peculiaridades, à aprendizagem.

Considerações finais

A cada dia cresce a necessidade de se promover uma educação pautada no respeito às diferenças, de tal maneira que a diversidade seja vista como uma premissa para o diálogo e reflexão e não para a exclusão. Diante dessa realidade, é primordial que a formação docente ofereça suporte necessário para que o professor consiga lidar com a multiplicidade de culturas, valores e características presentes em todo e qualquer ambiente escolar.

É notório que o professor enfrenta inúmeros desafios no que se refere à inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial. A falta de formação específica, de recursos pedagógicos, de estrutura adequada, de apoio especializado, de preparo para a utilização de metodologias diferenciadas de ensino, entre outros, constituem barreiras a ser superadas pelos professores. No entanto, esses obstáculos não devem constituir motivos para que os professores reproduzam um modelo de educação excludente, alheio às diferenças. Frente à diversidade presente nas instituições de ensino, o professor deve buscar formas de superar esses desafios, pois tais dificuldades ficam reduzidas diante dos benefícios que uma Educação Inclusiva pode trazer para todos os alunos.

Diante dessa perspectiva, é necessária uma formação docente com foco na construção de diferentes estratégias a serem utilizadas no processo ensino-aprendizagem para a promoção de ações que aprimorem o desenvolvimento dos alunos público-alvo da Educação Especial. Os professores carecem de uma formação adequada voltada para o trabalho coerente e de qualidade diante da diversidade.

As ponderações realizadas evidenciam que a responsabilidade pelo desenvolvimento de uma Educação Inclusiva não é apenas do professor, apesar de o papel do docente ser

fundamental nesse processo. Ao contrário, para alcançar o sucesso no processo de inclusão escolar é preciso um conjunto de ações. Entre elas, a implementação pela União, Estados e Municípios de políticas públicas com vistas à formação docente a fim de auxiliar esses profissionais no atendimento das demandas que procedem da inclusão escolar.

Por fim, uma formação docente que relacione a prática da alteridade e o respeito as diferenças é essencial para aprimorar o trabalho docente no desenvolvimento de uma Educação Inclusiva. Nesse sentido, a formação trará ao professores subsídios necessários para a realização de um trabalho mais eficaz no que concerne a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial. Contribuirá, também, para minimizar os vários desafios que permeiam a atividade docente quando se fala em inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

BERSCH, R. Tecnologia assistiva e atendimento educacional especializado: conceitos que apoiam a inclusão escolar de alunos com deficiência. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. MEC. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 27 maio de 2015.

BRASIL. MEC/SECADI. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

COSTA, W. D.; DIEZ, C. L. F. **A relação do eu-outro na educação**: abertura a alteridade. IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

DORZIAT, A. A formação de professores e a educação inclusiva: desafios contemporâneos. In: CAIADO, K. R. M.; JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. (org.). **Professores e educação especial**: formação em foco. 2 v. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FIGUEIREDO, R. F. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis: Vozes, 2013.

GATTI, B.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. A. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: Ministério da Educação, 2011.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M. T. E. Qualidade e inclusão no Ensino Médio. **Pátio**. Porto Alegre: Grupo A Educação: ano VI, n. 22, p. 6-9, set./nov. 2014.

MENEZES, A. R. S. **Inclusão escolar de alunos com autismo**: quem ensina e quem aprende?. 160f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PIETRO, R. G. Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Deescubra, 2006.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, D (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SKLIAR, C. A inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. In: RODRIGUES, D (Org.). **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L. T. **Mundo singular**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUSA, R. C. C. R. de S. Formação de professores: tempos de vida, tempos de aprendizagem. In: MAGALHÃES, S. M. O. M. (Org.). **Formação de professores**: elos da dimensão complexa e transdisciplinar. Goiânia, Editora da PUC Goiás, Liber Livro Editora, 2012.

TARDIF, M.; LESSARD, C. (org.). **O ofício de professor**: histórias, perspectivas e desafios internacionais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2015